Coloque a justiça no coração das aspirações climáticas

> ... o combate às mudanças climáticas tem a ver fundamentalmente com os direitos humanos e com a garantia de justiça para quem sofre seus impactos —comunidades vulneráveis— ... Eu o chamo de justiça climática: colocar as pessoas no centro da solução

Mary Robinson, enviada especial da ONU sobre as mudanças climáticas

A urgência de agir é grande. Todos nós precisamos de um planeta saudável para prosperar. No entanto, embora todos sejamos prejudicados pelos efeitos da crise climática, a verdade é que nem todos sofremos na mesma medida. Existem grandes diferenças no que as pessoas podem fazer para se protegerem e se adaptarem às terríveis consequências das mudanças climáticas, dependendo das condições sociais, econômicas e políticas em que cada pessoa vive. Hoje, na atual pandemia, torna-se mais visível a profunda desigualdade que surgiu de um modelo de negócios desatualizado e injusto que prejudica as pessoas e o planeta. A mudança climática é um problema global que exige que todos nós estejamos cientes e, ao mesmo tempo, para aumentar a justiça no comércio. Não há justiça climática sem justiça comercial.
O movimento do Comércio Justo se mantém unido em seu chamado para enfrentarmos juntos as crises existentes. As vozes dentro do movimento, especialmente dos produtores(as) e trabalhadores(as), nos incentivam a refletir sobre as ameaças atuais e futuras aos meios de vida sustentáveis. No Comércio Justo, acreditamos que produtores(as) e trabalhadores(as) são parte fundamental da solução para alcançar um futuro sustentável e que garantir a eles(as) uma renda e salários decentes é um passo fundamental. Uma renda justa é parte das pré-condições necessárias para reverter a tendência de degradação ambiental e reconstruir, de forma justa, a partir da pandemia.

Integrar uma verdadeira justiça no comércio

A pandemia da COVID-19 confirmou as graves desigualdades estruturais que existem em nosso mundo e a necessidade cada vez mais urgente de reconstruir nosso sistema econômico de uma forma socialmente justa e que respeite o planeta. Precisamos de uma nova maneira de entender as relações comerciais. Continuar como de costume, no caminho dos negócios, com o único propósito de obter lucro terá consequências catastróficas para nossas gerações presentes e futuras.

Em realidade, o número de empresas comprometidas com a responsabilidade social tem aumentado nos últimos anos. No entanto, ainda há espaço para melhorias e a legislação tem um papel fundamental a desempenhar. Os compromissos voluntários não serão suficientes para avançar em direção à produção e ao comércio sustentável. Portanto, acolhemos iniciativas em nível nacional, internacional e multilateral, que continuam a defender que as empresas sejam responsáveis quando se trata de proteger os direitos humanos, trabalhistas e ambientais, em todas as suas cadeias de fornecimento.

O Movimento do Comércio Justo há muito tempo chama a atenção para a necessidade de transformar os modelos de negócios que perpetuam a pobreza em comunidades carentes em todo o mundo. Esse tipo de comportamento empresarial tem sido um elemento básico das cadeias de suprimentos agrícolas. Mas sabemos que transcende este setor, pois também ocorre em indústrias como confecções e têxteis, mineração, calçados, artigos esportivos, entre muitas outras. Com tudo isso, produtores(as), trabalhadores(as) e artesãos(ãs) no início das cadeias de fornecimento lutam em meio a condições difíceis e incertas, com acesso limitado às oportunidades de mercados adequados que lhes permitam uma vida sustentável.

Muitas empresas compradoras tiram proveito dos esforços desses produtores(as) e trabalhadores(as) devido a um poder de barganha desigual entre os diferentes sujeitos envolvidos. Esse comportamento se torna ainda mais problemático quando se trata de mudanças climáticas e da expectativa de que produtores(as) e trabalhadores(as) terão de investir para aumentar sua resiliência climática. As mudanças nos padrões climáticos e sazonais colocam ainda mais pressão sobre a baixa renda dos(as) pequenos(as) produtores(as), que são cada vez mais pressionados(as) pelos preços baixos e voláteis de seus produtos. Além disso, enfrentam uma demanda crescente para fazer a transição para modelos de produção sustentáveis, sem receber o apoio e os incentivos necessários para fazê-la. As decisões políticas precisam fornecer ferramentas financeiras acessíveis para os(as) pequenos(as) produtores(as).

Por outro lado, a gravidade e a frequência dos desastres naturais afetam diretamente as regiões produtoras, principalmente as localizadas nos trópicos. Em todo o mundo, produtores(as) e trabalhadores(as) são afetados por uma mudança climática, levando à diminuição da segurança alimentar, deterioração da infraestrutura, perda de propriedades e outras consequências devastadoras. Para os(as) produtores(as) é um ciclo vicioso sem fim: a falta de meios para uma adaptação justa às mudanças climáticas apenas perpetua sua situação já terrível em face de um clima em mudança. Não podemos esperar - e não é justo esperar - que produtores(as) e trabalhadores(as) absorvam, por si próprios, todos os custos de adaptação às mudanças climáticas. Do que chamamos de “adaptação justa”, reiteramos a todos os parceiros comerciais a assumir sua responsabilidade e a se associarem para superar os custos dessa transformação necessária.

É uma questão de justiça climática. Aqueles que menos contribuíram para a crise climática enfrentam os efeitos mais negativos. É também uma questão de direitos humanos e dignidade, uma questão para as gerações presentes e futuras e uma questão que se conecta a debates globais mais amplos, incluindo igualdade de gênero e direitos indígenas.

O comércio global deve prestar contas

No movimento do Comércio Justo, constatamos oportunidades para produtores(as), trabalhadores(as) e consumidores(as) se associarem e adotarem soluções mais embasadas na natureza. Vemos que os(as) pequenos(as) produtores(as) desempenham um papel vital na alimentação da população mundial e o fazem de forma sustentável. Sabemos que os(as) pequenos(as) produtores(as) devem fazer parte da solução da comunidade internacional para alcançar um mundo com emissões líquidas zero. Suas vozes devem ser ouvidas e suas preocupações devem ser levadas em consideração.

Para abordar os sistemas de produção sustentáveis, temos que enfrentar o 'elefante na sala', ou seja, velhas estruturas de mercado e práticas de negócios que não garantem meios de subsistência sustentáveis para todos os sujeitos na cadeia de valor. Os preços que são incapazes de fornecer uma renda vital para os(as) produtores(as) e salários dignos para os(as) trabalhadores(as) e artesãos(ãs) devem ser ajustados para quebrar efetivamente o ciclo de feedback negativo da pobreza e degradação ambiental.

Além disso, modelos resilientes ao clima como a agroecologia, precisam ser ampliados para melhorar a sustentabilidade. Todos os componentes da cadeia de abastecimento devem se unir e reconhecer a necessidade de preços e investimentos justos para acomodar uma transição justa em direção ao consumo e produção sustentável.

Vemos um futuro com uma adaptação justa para todos

De forma geral, a dimensão social da mudança climática é geralmente esquecida ou não abordada nas negociações nos fóruns existentes. No entanto, o movimento do Comércio Justo acredita que a dimensão social é essencial para trabalhar de forma significativa em direção a um futuro com emissões zero. Até que este aspecto seja devidamente reconhecido e tratado seriamente como parte da ação climática por todas as partes da COP, tememos muito que haverá pouco progresso e que a comunidade mundial se atrasará para evitar as piores consequências de um aumento da temperatura global de + 1,5 ° C.

As empresas estão moldando o planeta. Já existem empresas que integram sustentabilidade e ação climática em suas operações principais: elas aplicam os princípios do Comércio Justo para alcançar maior sustentabilidade social e ambiental enquanto permanecem comercialmente viáveis. Em sua essência, a abordagem do Comércio Justo é uma forma das empresas moldarem suas operações principais para que realmente tenham sucesso com as pessoas, com o planeta e lucros de uma forma predefinida. Esses tipos de modelos de negócios alternativos são um componente vital para alcançar os ODS e um caminho possível para um futuro sustentável para todos.

Portanto, pedimos uma reconstrução com justiça, usando modelos de negócios alternativos mais justos e protótipos que integrem sustentabilidade e ação climática em seu core business. Juntos, de mãos dadas com os agentes comerciais comprometidos com a abordagem do Comércio Justo e que se abastecem de produtores(as) e trabalhadores(as) de Comércio Justo, podemos preparar o caminho para soluções mais baseadas na natureza que permitam reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) derivados de usos insustentáveis da terra, que geralmente supera as emissões derivadas do transporte de produtos. Compreendendo que a maioria das práticas insustentáveis é resultado de compradores(as) e varejistas poderosos(as), que pressionam seus produtores(as) e fornecedores(as) e pressionam o agronegócio por lucros maiores, constatamos como esses modelos de negócios alternativos abrem caminho para padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

Reescrever nossa história:
“DEVE haver justiça climática e justiça comercial”

Convidamos os responsáveis políticos, líderes empresariais, profissionais de finanças do clima e movimentos da sociedade civil a investir mais e dedicar mais tempo e recursos a soluções específicas para o contexto, por meio das quais todas as partes interessadas podem assumir suas responsabilidades. Os(as) pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) são parte da solução para a crise climática e também devem ter a oportunidade de modificá-la.

Não é sobre se DEVERÍA haver justiça climática ou justiça comercial. Esses dois elementos estão indissociavelmente ligados. Quanto mais responsáveis e ambientalmente corretos forem os modelos de negócios, mais ampla será nossa capacidade de integrar à sustentabilidade social e ambiental em escala. Ambos os elementos são indispensáveis para que modelos verdadeiramente sustentáveis funcionem e para que façam as transições necessárias para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris.

O tempo está passando rápido e estamos apenas a 9 “safras” de alcançar os ODS

Medir e estabelecer metas

Pedimos aos governos que convidem, o setor privado, em toda a cadeia de abastecimento a serem mais transparentes e responsáveis com relação aos seus compromissos de consumo e produção sustentáveis e a trabalhar em conjunto para garantir meios de vida sustentáveis para os pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as).

Apoiar a obrigatoriedade de apresentação de informes que obriguem todas as grandes empresas e organizações a publicarem a pegada de carbono completa do início ao fim. Isso garantirá uma maior responsabilidade entre as empresas, garantindo, ao mesmo tempo, às empresas que tomam medidas positivas para lidar com suas impressões ambientais que não sejam prejudicadas por aquelas que não o fazem. Reiteramos aos Estados a implementarem políticas públicas e medidas eficazes que valorizem e promovam os esforços das empresas progressistas.

Perseveramos aos países ricos e altamente emissores a incluírem a aviação internacional e o transporte marítimo em seus compromissos nacionais de emissão zero, como o Reino Unido anunciou que faria em abril.

Em torno da Cúpula Mundial do Clima (COP26), incentivamos o Reino Unido, como anfitrião das negociações sobre o clima, a convocar um debate com empresas e governos de todo o mundo para encontrar soluções coletivas para o desafio das emissões importadas, especialmente no que diz respeito ao transporte aéreo e marítimo.

Financiamento do clima em escala

Apoiamos fortemente os apelos internacionais para que os países ricos cumpram suas promessas de US $ 100 bilhões em ajuda climática.

De acordo com o IFAD/CPI (2020), menos de 2% do financiamento climático chega aos pequenos(as) produtores(as). Nesse sentido, os critérios e procedimentos de concessão de mecanismos de financiamento como o Fundo Verde para o Clima devem estar alinhados com os pequenos(as) produtores(as) e suas organizações para que possam ter acesso aos financiamentos disponíveis e administrá-los de forma não burocrática. O financiamento do clima deve estar a serviço dos agricultores(as), com financiamento e associações ao nível da produção agrícola que lhes permitam se adaptarem e serem mais resilientes, bem como ajudá-los a avançar para a produção de emissão zero nas propriedades rurais.

Pedimos aos governos que apoiem, possibilitem e incentivem parcerias sustentáveis: as parcerias serão mais eficazes se os(as) produtores(as) estiverem no centro da tomada de decisões. Elas e eles são os que sabem melhor como as mudanças climáticas afetam o meio ambiente local e como realizar as mudanças necessárias para se tornarem mais resilientes e sustentáveis. Em particular, as comunidades agrícolas devem ser capazes de orientar a direção dos planos de inserção e garantir uma comunidade clara e benefícios financeiros, bem como um alto nível de captura de carbono adicional.

As empresas devem pagar um valor justo e preços justos e, aderirem a práticas comerciais justas, para garantir que os(as) produtores(as) tenham os recursos para fazerem os investimentos necessários para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Isso inclui garantir que os custos de cumprimento da legislação ambiental, climática atual e futura não sejam repassados aos produtores por meio de preços mais baixos sobre os produtos que oferecem e salários mais baixos para os(as) trabalhadores(as).

Novas regras e regulamentos comerciais, a base para alcançar nossa agenda comum

A política de comércio global deve apoiar os mais altos padrões ambientais - para impulsionar as melhores práticas e inovações de baixa emissões de carbono, e fomentar a produção e o comércio de produtos sustentáveis e a adoção de tecnologias verdes ao longo das cadeias de abastecimento. Portanto, um compromisso inabalável com os direitos humanos, os ODS e o Acordo de Paris - como requisitos essenciais vinculativos/executáveis nos acordos comerciais.

Apoiamos as iniciativas que reforçam as regulamentações ambientais, como as que estão sendo realizadas por meio da União Europeia ou do projeto de lei ambiental do Reino Unido, com o objetivo de combater o desmatamento nas cadeias de valor.

Será crucial ter medidas sólidas para penalizar as empresas que não cumprem os regulamentos climáticos e também garantir que os(as) pequenos(as) produtores(as) e trabalhadores(as) sejam assegurados com os custos do cumprimento das medidas de devida diligência (due diligence). As condições vinculativas do quadro jurídico devem ser concebidas de forma a promover um meio sustentável de fazer negócios, impedir a concorrência desleal, detenham a exploração das pessoas e da natureza, garantir que os afetados obtenham os seus direitos e o acesso à reparação judicial.

Não é tarde demais para mais partes interessadas adotarem os princípios do Comércio Justo. O movimento do Comércio Justo dá as boas-vindas a todos aqueles que buscam soluções viáveis e pode ajudar a evitar as piores consequências fazendo parceria para a justiça climática. Trabalhando juntos(as), nossas ações climáticas coletivas nos permitirão alcançar as metas da década das Nações Unidas para a restauração do ecossistema.

Assinado por